

A “DECADÊNCIA IDEOLÓGICA”: LUKÁCS E O DEBATE ACERCA DA FILOSOFIA BURGUESA

“IDEOLOGICAL DECADENCE”: LUKÁCS AND THE DEBATE ABOUT BOURGEOISE PHILOSOPHY

WESLEY SOUSA¹
HENRIQUE LEÃO COELHO²

RESUMO: O breve artigo tem como propósito discutir o tema acerca da “decadência ideológica” a partir dos escritos do filósofo húngaro Gyorgy Lukács. Dessa forma, busca-se como se engendrou o período da decadência frente ao movimento histórico da luta de classes. Partimos da premissa que o problema da decadência ideológica se insere dentro do contexto do desenvolvimento imperialista do capitalismo. Portanto, com uma metodologia de uma “abordagem ontológica”, seguindo os termos do autor, conclui-se que a decadência ideológica relaciona com desenvolvimento da ciência e da filosofia frente aos problemas mundanos.

PALAVRAS-CHAVE: Lukács. Decadência Ideológica. Imperialismo. Marxismo.

ABSTRACT: The brief article aims to discuss the topic of “ideological decadence” from the writings of the hungarian philosopher Gyorgy Lukács. Thus, it seeks for how it engineered the in the face decadence period class struggle. We leave from the premise that the problem ideological decadence insert within of the imperialist development of capitalist. Therefore, as a methodology of an “ontological approach”, us the Lukács’s terms, we seek to conclude which the ideological decadence related with tge development of science and philosophy in the face of problems world.

KEYWORDS: Lukács. Ideological decadence. Imperialism. Marxism.

INTRODUÇÃO

Principia-se o artigo salientando que, a partir dos escritos de Gyorgy Lukács (1885 – 1971), há um substrato significativo para os debates atuais acerca da Filosofia (ideologia, política, estética, etc.). Nesse sentido, defende-se que Lukács teve seu grau de relevo dentro da filosofia e das ciências humanas, bem como suas ressonâncias mais variadas (TERTULIAN, 2009). Entre outros temas que se debruçou, pode ser notada a questão da “decadência ideológica” na sociedade burguesa, ou seja, a nossa sociedade capitalista. Aqui a tentativa é de proceder essa analítica imanente aos textos de Lukács. A tarefa não é fácil, mas sem essa realização, a vulgata espalhada no meio acadêmico e da intelectualidade de esquerda acerca das posições do autor seguirão as mesmas. Esse embate no âmbito da filosofia, portanto, se faz necessário, embora seja um tema árido. A contribuição de Lukács no âmbito da filosofia é imensa e ela deve ser notada.

Para tanto, o que se abordará nas linhas subsequentes demonstra que as formulações do autor húngaro possuem um rigor filosófico consciente e uma clara postura perante o desenvolvimento histórico em que estamos inseridos. Essa concepção analisada pelo pensador resulta da grande influência de Marx e Engels, que o possibilitou, sem tergiversar, o esforço intelectual nesse âmbito (LUKÁCS, 2016; 2010, 1959). Doravante, a teoria social no período da “decadência” sofre modificações para “neutralizar” o caráter contraditório da sociedade existente. O filósofo Lukács identifica que nesse “período” se coloca o apaziguamento e a justificação das formas de vida atuais; impulsionada pela especialização das ciências sociais e humanas: o aprofundamento da divisão social do trabalho e a especialização (LUKÁCS, 2016).

Por esta razão, a ideologia³ que impera (nesse momento ainda o sentido da ideologia entendido pelo autor é aquele comumente entendido por “falsa consciência”), segundo Lukács, de tal maneira que os pensadores da “decadência” entronizam, a partir da realidade objetiva configurada, maneiras de conformá-la (NETTO, 1978).

Nesse aspecto, István Mészáros quem retoma e atualiza a discussão a respeito do imenso poder ideológico na sociedade de classes, embora não nas mesmas linhas de Lukács. Em suas palavras, podemos ler, a “ideologia, como forma específica de consciência social, é inseparável das *societades de classe*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 9 – itálicos do autor). Todavia, para Lukács, no período de produção de *A Destruição da razão*, a ideologia, segundo seu entendimento, tem um desempenho como um algo efetivo e “socialmente necessário” na sociedade, esteja consciente ou não, o seu autor (LUKÁCS, 2016). Por isso mesmo, não há nenhuma ideologia “inocente” (Cf. LUKÁCS, 1959, p. 8).

O artigo, então, visa desenvolver alguns desses aspectos, mostrando também, na medida do possível, essas ressonâncias ideológicas em que a luta de classes faz com que os filósofos passam a tomar posturas conservadoras para manutenção da ordem atual das coisas (MÉSZÁROS, 2008). No decorrer do texto, traremos um enfoque analítico dos argumentos lukácsianos para compreensão da divisão do trabalho relacionada à especialização ou parcialização científica, que nega a universalidade concreta do real; o “pessimismo” frente a realidade e o “fatalismo histórico” condizente à época imperialista – essas são algumas das características do “irracionalismo moderno” tratadas pelo autor ao longo de *A Destruição da razão* (publicada em 1953).

Por finalmente, faremos algumas considerações sobre reverberações na filosofia contemporânea que exemplificam claramente nossa hipótese da atualidade dessa crítica, sustentada pela filosofia de Lukács. Para tanto, recorreremos prioritariamente aos trabalhos mais específicos ao tema, como o ensaio *Marx e o problema da decadência ideológica* (2016) e o polêmico livro, não menos importante, *A destruição da razão* (1959)⁴.

Assim, o pressuposto filosófico marxista de que partimos permite bastante fecundidade às investigações do pensador supracitado. O entendimento dessa problemática trabalhada visa sustentar a tese de que há uma atualidade crítica em Lukács, por mais que suas posições sejam to-

madras como “polêmicas”. É preciso, então, analisar atentamente seus textos e os nexos internos que permitiram fazer este percurso filosófico para o resultado alcançado. A importância de discutir esse tema se coloca cada vez mais atual em nosso mundo, porque condiciona, consciente ou não, a vida das pessoas. Esse enfoque, entretanto, não coaduna com uma possível perspectiva de um tipo de deságio intelectual para a própria filosofia.

NOÇÕES E NOTAS PRELIMINARES ACERCA DA “DECADÊNCIA IDEOLÓGICA” NO PENSAMENTO MARXISTA DE LUKÁCS

Marx, junto a Engels, se puserem críticos frente às concepções ideológicas de seu tempo, em certo momento, advindas do “socialismo utópico”, como é bastante conhecido. O que importa ressaltar é que, a exemplo dos textos sobre *A Ideologia Alemã*, ambos teceram comentários tenazes às filosofias burguesas, sobretudo, na economia política e na filosofia política. Na *Miséria da Filosofia*, Marx trava a polêmica contra o anarquista Proudhon, em que responde, as aparências “revolucionárias” de seu adversário teórico, revelando seu caráter “conservador”. Entre outras coisas, escreve:

Os economistas exprimem as relações de produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda, etc., como categorias fixas, imutáveis, eternas. O sr. Proudhon, que tem à sua frente essas categorias já formadas, quer nos explicar o ato de formação, a geração dessas categorias, princípios, leis, ideias, pensamentos (MARX, 2017, p. 98).

Na *Ideologia Alemã* (2007), por sua vez, é realizado um “acerto de contas” em levar às últimas consequências sua crítica à filosofia neohegeliana e, por conseguinte, desenvolverem o arcabouço teórico de sua concepção materialista da história.

Esse elemento é decisivo para o cataclismo posterior. Dos neohegelianos aos economistas clássicos, Marx fará um embate bastante crítico. Para ilustrar bem, uma passagem de Marx na

Miséria da Filosofia mostra com clareza o procedimento mistificador dos ideólogos burgueses (que incluem tantos os economistas ingleses quanto os filósofos neohegelianos alemães). De maneira bastante irônica, afirma:

Os economistas têm uma maneira singular de proceder. Para eles, só existem duas espécies de instituições: as de arte e as da natureza. As instituições feudais são artificiais, as da burguesia são naturais. Nisso, eles se parecem como os teólogos, que também estabelecem dois tipos de religião: toda religião que não é a deles é uma invenção dos homens, ao passo que a deles é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações atuais [...] são naturais, os economistas dão a entender que é nessas relações que se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas segundo as leis da natureza. Portanto, essas relações são leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem sempre reger a sociedade. Assim houve história, mas não há mais (MARX, 2017, p. 110).

Porém, conforme Marx adverte, “essas ideias, essas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que elas exprimem. Elas são *produtos históricos e transitórios* (MARX, 2017, p. 102 – grifos do autor). Em outras palavras, o que os ideólogos fazem, em linhas gerais, é representar suas justificativas da sociedade existente, nem que por isso precisem falsificá-la.

É possível compreender que essa passagem bastante conhecida, em que eles mostram o caráter da ideologia como “curso do desenvolvimento ideológico é socialmente necessário, mas de modo nenhum em sentido fatalista para cada indivíduo isolado” (LUKÁCS, 2016, p. 119). A fonte filosófica que Lukács pode absorver para sua decisiva maturação intelectual, no que diz respeito à “crítica ontológica”⁵ (Cf. TERTULIAN, 2009; Cf. SARTORI, 2019) da sociedade capitalista, seja bem evidente tendo em conta seu itinerário intelectual. Mais ainda, é por intermédio desse legado que trazemos à luz algumas das grandes problemáticas no âmbito ideológico que interferem na vida cotidiana imediata dos seres humanos: refletidos na arte, na política, etc. em que Lukács

pode observar, analisar e intervir⁶. Com isso, no polêmico e importante estudo sobre a “trajetória do irracionalismo moderno”, situada no seu livro *A destruição da razão*, sua polêmica se volta com força acerca das formas de manifestações do irracionalismo.

Ao tratarmos da “decadência ideológica”, tenhamos em mente que, no caso de um filósofo como Lukács, tal problemática revolve um constitutivo elemento da nossa realidade histórica determinada. Assim, não se trata de uma simples repetição teórica por parte de Lukács diante de Marx⁷. Tomamos como pressuposto a originalidade de Lukács, como aludimos também que o percurso desenvolvido por ele na análise dos autores da filosofia alemã pós-Hegel está adstrita, conforme indica-nos Tertulian (relevante intérprete de Lukács), a partir da própria crítica que Hegel já instaurava contra o filósofo do Idealismo Alemão, Friedrich von Schelling, desde então no interior da filosofia:

As origens da crítica a respeito do irracionalismo remontam ao famoso prefácio da *Fenomenologia do espírito*, em que Hegel tomou o partido contra o “formalismo monocromático” da intuição intelectual schellinguiana. O enfrentamento Hegel-Schelling tornou-se, assim, o primeiro episódio marcante de uma longa confrontação entre duas posições filosóficas opostas, confrontação da qual as reviravoltas mais espetaculares pertencem à movimentada história da filosofia do século XX (TERTULIAN, 2011, p. 17).

Levando em conta disso, Nicolas Tertulian situa a discussão envolvida por Lukács na referida *A Destruição da razão*. De fato, não se trata de simples adjetivação pejorativa aos pensadores discutidos⁸, mas averiguar, por meios de seus próprios textos, esse desenvolvimento ressonante e, somente a partir de um imenso esforço analítico, desenvolver a crítica de modo decidido:

Seu problema, em *A destruição da razão*, é aquele da gênese do irracionalismo: este é para ele sinônimo do fato de que as dificuldades inerentes

ao processo de conhecimento, provocadas pela distância entre nossos instrumentos conceituais e a complexidade objetiva do real, dificuldades as quais têm para Lukács um caráter *relativo*, são transformadas pelas correntes irracionalistas em respostas negativas absolutas, fundadas sobre a afirmação do caráter *de princípio* irredutível do real a um modelo de inteligibilidade racional. A extrapolação de uma racionalidade relativa, ditada pelos limites históricos inevitáveis de nosso horizonte cognitivo (a gênese da vida não foi apreendida até o presente por nenhum dos modelos de inteligibilidade dos quais dispomos), em uma irracionalidade *ontológica* (absoluta) é para Lukács o pecado do irracionalismo (TERTULIAN, 2011, p. 20 – itálicos do autor).

Todavia, vale destacar um comentário adicional a respeito da “decadência”. O ponto de partida, por exemplo, quando lemos de maneira cautelosa o que um autor conservador de origem alemã, Oswald Spengler. Em que pese essa acepção, na primeira metade do séc. XX, o autor escreve seu polêmico e importante livro *A Decadência do Ocidente*, onde fornecerá algumas indicações distintivas entre “cultura” e “civilização”. Estas que descreveriam, segundo o autor, fases transformadoras de cada *civilização*, seu nascimento até à maturação, chegando à sua “decadência final”. Observe que essa contextualização requerida, no entanto, nos parece de algum substancial relevo. Vejamos, pois, na parte final da mesma obra, assinalada pelo autor alemão:

Cada corrente de existência consiste em uma minoria de líderes e em uma imensa maioria de pessoas conduzidas. Toda espécie de economia consta, pois, de trabalho diretor e trabalho executivo. E também sujeitos e objetos do pensamento baseado no dinheiro: os que produzem e dirigem, graças ao vigor da sua personalidade, e os que são sustentados por ele. O dinheiro de estilo faustiano é a força abstraída do dinamismo econômico do mesmo estilo. Do destino do indivíduo – da parte econômica do destino da sua vida – depende a questão de saber se ele, em virtude da categoria íntima da sua personalidade, representará uma parcela dessa força ou não passará de massa entregue a ela (SPENGLER, 1973, p. 434).

Eis o destino trágico que encontraria sua expressão decisiva na dramática “civilização ocidental” moderna. Oswald Spengler alude, acerca do caráter abstrato do dinheiro: estéril de relação efetiva com o bem do povo, por isso perde sua “consciência”. Essa caracterização exposta da cidade moderna (urbanização, fruto do desenvolvimento capitalista, nos termos marxistas) eleva a forma de quantificar quaisquer bens e coisas, incluso o ser humano, “jogado” ao mercado do mundo. Segundo autor, “O organizador e administrador forma o centro desse reino complicado, artificial, da máquina” (SPENGLER, 1973, p. 438). Dessa forma, Spengler romanticamente elabora uma crítica direta à “técnica” moderna (algo que também aparece em Martin Heidegger, de modo particular).

Por outro lado, recentrando a nossa investigação, está posto como nosso objetivo aqui, as ressonâncias teóricas que Lukács desenvolve, a partir dos escritos dos autores Marx e Engels (sem adentrar aqui as minúcias de Marx, evidentemente), traz à tona uma série de questões situadas em contexto similar ao de Spengler em sua crítica romântica. Por seu turno, e de modo enfático, Lukács assim designa o irracionalismo, pelo qual, entre outras características que levariam este pensamento:

Revelamos, ao contrário, como as diferentes etapas do irracionalismo nascem como outras tantas respostas reacionárias aos problemas levantados pela luta de classes. O conteúdo, a forma, o método, o tom, etc., de suas reações em contraste do progresso social não os determina, portanto, aquela dialética interna e privatiza do pensamento, senão os que ditam, ao contrário, o adversário, as condições da luta que a burguesia reacionária vêm para ela imposta desde foram. Isso deve ser mantido como um princípio fundamental que rege o desenvolvimento do irracionalismo. Isso não quer dizer que o irracionalismo, dentro desse quando social assim determinado, não se mostra uma unidade ideal. Pelo contrário. É precisamente desse caráter dele que os problemas do conteúdo e o método exposto por ele apresentam forte coesão [...] (LUKÁCS, 1959, p. 8-9 – tradução nossa).

O marxista húngaro escreveu ensaios, reunidos em alguns livros que perpassam, centralmente, a problemática aqui envolvida. Os aprofundamentos mais amplos de suas teses, de fato, se reúnem na *Destruição da Razão*. Os argumentos pontuais de Lukács podem ser elencados, mas nunca esgotados por uma óbvia razão: eles constituem um núcleo teórico movido pela própria dinamicidade da realidade, esse “inesgotamento” segue a própria dinâmica da realidade. Retomando a palavra de Lukács:

Portanto, toda crise importante do pensamento filosófico, como luta socialmente condicionada, que é entre o que nasce e o que morre, provoca de um lado a reação de tendências que poderíamos designar com o termo moderno de “irracionalismo”. [...] Por um lado, isso poderia dar a falsa sensação que o moderno irracionalismo aspira criar: a de que existe uma trajetória irracionalista única na história da filosofia. De outro lado, e por razões que em seguida exporemos, o irracionalismo moderno responde a condições de existências tão específicas, determinadas por características da produção capitalista, que um termo global envolveria facilmente o perigo de excluir as diferenças específicas e de modernizar inadmissivelmente várias tendências filosóficas que nada ou pouco têm a ver as do séc. XX (LUKÁCS, 1959, p. 84 – tradução nossa).

Porém, Lukács vai muito mais adiante no específico problema da filosofia pós-hegeliana até as primeiras décadas do séc. XX: pode-se ver que ele parte da análise das posições filosóficas no mundo contemporâneo de modo bastante original e imanente aos textos dos autores, tais como além de Schelling e Schopenhauer, Nietzsche, Heidegger, o próprio Spengler, Schmitt, dentre outros.

Dessa maneira, Lukács faz a crítica que é nesse período – da decadência –, o agnosticismo estimula a ascensão dos ideais do pessimismo e também do niilismo, passando a atribuir à filosofia a função de “guarda-fronteira” e que destina aos intelectuais burocratizados que estão localizados no aparelho do Estado, o direito de explorar seus métodos e seus resultados conforme são utilizados pelas ciências especializadas.

Em suma, o que importa enfatizar, por assim dizer, são as indicações e argumentos que Lukács explicita na filosofia burguesa, outrora ascendente, que havia se buscado formas, no campo intelectual e científico, a fundamentação de uma práxis que, em certo momento, adequou-se aos interesses concretos do capitalismo ascendente, mas também, no aspecto ideológico pejorativo, efetivou-se para conciliar “conflitos insolúveis” (Cf. LUKÁCS, 2010). No entanto, no atual estágio, a relevante pretensão do apontamento explicitado, neste momento, é que os pensadores da burguesia, ao partirem de constatações inerentes às formas de vida existentes, puderam refletir mais objetivamente sobre ela mesma, e na fase decadente – já no séc. XX, não o podem mais, restando-lhes, portanto, o viés conservador e reacionário, perpassados no âmbito da filosofia. Não se trata de forma ultrajante da questão, mas dos desígnios analíticos das subsequências teóricas.

CONTEÚDOS DA “DECADÊNCIA IDEOLÓGICA” BURGUESA NA RESOLUÇÃO LUKÁCSIANA

No ensaio de grande relevo e por nós já citado, intitulado *Marx e o problema da decadência ideológica*, escrito originalmente em 1938, publicado no Brasil na coletânea *Marx e Engels como historiadores da literatura* (2016), Lukács esboça, como estamos a apontar, a discussão de uma série de questões nucleares ao nosso tema em tela. Segundo Lukács, uma das “questões críticas centrais da preparação ideológica da Alemanha para a Revolução de 1848 é o debate em torno da dissolução do hegelianismo. Esse processo de desarticulação caracteriza o fim da última grande filosofia da sociedade burguesa” (LUKÁCS, 2016). Sobre esse quesito, importa destacar dois pontos cruciais que marcam os argumentos do filósofo. O primeiro é sobre a “última grande filosofia da sociedade burguesa”. Para o autor,

Marx descobriu a história dessa dissolução e pela primeira vez a registrou por escrito.

Sua caracterização abrangente (1820-1830) converte-se simultaneamente na exposição e análise marcantes e multifacetadas da decadência ideológica burguesa (LUKÁCS, 2016, p. 99).

O segundo ponto de igual importância, no pensamento de Lukács que é assinalada essa “linha apologética simples e direta, a linha ideológica do decaimento da ideologia burguesa à condição de liberalismo covarde e disposto a compromissos” (LUKÁCS, 2016, p. 105). O contexto aqui da narrativa de Lukács é bem simples: as condições objetivas das lutas de classes impedem a conformação teórica e metodológica da burguesia, de apreender seu próprio tempo sem cair no conservadorismo e no reacionarismo. Assim, Lukács se esforça por buscar as características dos representantes da assim chamada decadência. Nesse empreendimento, é retomada da seguinte forma:

Pois bem, o irracionalismo arranca desta – necessária e insuperável, mas sempre relativa – discrepância entre a imagem mental e o original objetivo. O ponto de partida consiste em que os problemas diretamente levantados ao pensamento em cada caso, enquanto que são tais problemas não resultados, se apresentam baixas formas em que aparecem, à primeira vista, como si o pensamento, os conceitos, falassem ante a realidade, como se a realidade enfrentada pelo pensamento constituiria um além da razão (da racionalidade do sistema de categorias, do método conceitual até então utilizado [na filosofia]) (LUKÁCS, 1959, p. 79 – tradução nossa).

Nesse aspecto, a análise do desenvolvimento da postura irracionalista na filosofia alemã em vários filósofos é levada à cabo por Lukács. Um outro intérprete, como é o caso de Sartori, também destaca esse elemento no seu trabalho crítico e imanente dedicado à Martin Heidegger (esse que amplamente criticado por Lukács na *Destruição*):

As “tendências progressistas” que teriam precedido o marxismo na Alemanha, país da filosofia clássica, da filosofia de Kant e de Hegel, não mais teriam consigo um caráter acertado tendo-se em mente o tempo presente. [...] A filosofia anterior a Marx teria consigo a marca indelével

de outros tempos e uma posição favorável à sociedade civil-burguesa – essa última teria sido um avanço frente à sociedade feudal, mas traria contradições insuperáveis na ordem presente, passível de questionamento, de modo decidido (SARTORI, 2019, p. 33).

Com isso, Sartori segue de perto e retoma o cerne do argumento de Lukács, pelo qual é nosso intento. Assim, vemos como a questão é sutil: a “decadência ideológica” não é de modo algum um traço “defeituoso” do pensamento, mas um traço que tem seu solo na filosofia diante do desenvolvimento social. Dessa forma, com a filosofia desloca seus problemas e reorganiza suas categorias de modo a legitimar o imperialismo, cujo qual é uma época histórica em que a classe burguesa se transfigura como a classe declinante conservadora, por isso mesmo, sua visão só pode ser igualmente do declínio, revivendo fantasmas do passado. O próprio desenvolvimento capitalista, ao contrário do pensamento burguês dominante, não foi algo “natural”. Por razão simples e fundamental, essa “lei eterna” aparece, nos nossos dias, enunciada nos mesmos elementos que constituem, enquanto classe burguesa, as ideias de sua dominação material e espiritual, em determinada época.

Sabe-se que as contribuições de Marx são levadas adiante pelo filósofo húngaro, o que implica reconhecer seu desenvolvimento próprio frente às análises e pesquisas filosóficas empreendidas no longo percurso intelectual. É sabido, também, que a denúncia de Lukács, nesse contexto de “embates filosóficos”, se mostra na medida que uma das grandes tentativas das ideologias burguesas, por outro lado, exatamente consiste em um “sociologismo” no entendimento da sociedade, ao passo que “desistoriciza” seu desenrolar efetivo. Esse é um dos principais sintomas da parcialização do saber. Isso significa, ademais, que

[...] tal discussão era apenas um ensejo entre muitos para acercar-se mais profunda e multilateralmente da realidade mesma. É só entre os ecléticos da glorificação do vigente que essa teoria científica se afasta da vida que deveria refletir; e ela se afasta na mesma proporção em

que aumenta o ímpeto do apologista de falsificar a realidade (LUKÁCS, 2016, p. 102).

No seu entender, o fato de que essa decadência ideológica “não levantar problemas fundamentalmente novos advém de uma necessidade social. Suas questões essenciais, assim como as do período clássico da ideologia burguesa, são respostas aos desafios postos pelo desenvolvimento social do capitalismo” (LUKÁCS, 2016, p. 110-111). Esses “desafios” compelem à forma pela qual o avanço das forças produtivas, contraditórias e imanentes, necessitariam de esforços que coadunariam com uma perspectiva “idílica” da expropriação dos meios de trabalho. Assim, no que se refere à sociedade cindida em classes sociais, baseada na exploração da força de trabalho assalariada de uma classe sobre outra suas “respostas” deságuam em posturas imediatas para o sujeito particular (por exemplo, as proposituras heideggerianas criticadas por Lukács, dentre elas a noção de “ontologia” e “alienação”) (SARTORI, 2019).

Vale atentar, sobre outro ponto de destaque, porém, como norte pontual da discussão: a divisão social do trabalho. Acentua-se o relevo que essa divisão impetra no sentido intelectual, isto é, na forma que essa parcialização científica é igualmente potencializada. Para Lukács, resta claro, “a separação entre trabalho físico e trabalho intelectual, aprofunda ininterruptamente esse antagonismo, em especial no desenvolvimento capitalista” (LUKÁCS, 2016, p. 111). Conforme argumenta o pensador húngaro:

Dessa forma, a divisão capitalista do trabalho não só submete a si todos os campos da atividade material e intelectual, mas penetra profundamente na alma de cada homem singular e provoca nela deformações drásticas que, então, aparecem de formas variadas em diversos modos de expressão ideológica. A submissão passiva aos efeitos da divisão do trabalho, a aceitação incontestada dessas deformações psíquicas e morais, bem como até seu aprofundamento e embelezamento pelos pensadores e escritores decadentes constituem um dos mais importantes traços do período da decadência (LUKÁCS, 2016, p. 112).

Atentemos, ainda, para uma melhor resolução de algumas características e suas consequências da “decadência”, que devemos trazer à luz. A “submissão passiva” resultante do processo da especialização das funções do ser social, no trabalho manual em oposição ao trabalho intelectual, por exemplo, é resultado que engendra uma fragmentação do sujeito. Essa “deformação” psíquica e da alma do homem não é senão efeito dessa subsunção do ser humano ao imperativo do trabalho assalariado, exaustivo, repetitivo, exploratório e degradante. Elemento que condiz e é reiterado pela decadência ideológica, tendo por subjacente um “fatalismo histórico” e uma impotência do próprio ser humano de agir conscientemente na história.

Conforme explica José Paulo Netto (1978), nessa decadência ideológica, o irracionalismo se faz emergente na época imperialista. Para sustentação do que vem sendo argumentado aqui, convém trazer à tona as palavras, então, do autor brasileiro:

O facto de Lukács visualizar a evolução do irracionalismo como um todo, de localizar as transições que se operam no seu interior, não deve, porém, conduzir à conclusão de que o irracionalismo, corno corrente filosófica, tenha a sua história determinada autonomamente, ou seja: que ela resulte do desenvolvimento intrínseco da sua problemática interna (NETTO, 1978, p. 43-44).

Nos termos acima citados, Netto reforça, portanto, o argumento central do *A Destruição da Razão* de Lukács: “O auge imperialista do irracionalismo revela um modo muito primário ao papel dirigente da Alemanha neste terreno” (LUKÁCS, 1959, p. 14).

Por outro lado, não menos importante, há uma outra obra predecessora que mercê ser lembrada e citada aqui, já que versa, de algum modo, sobre o assunto: *Existencialismo ou Marxismo?* que também aborda a temática, embora ainda de modo mais sumário (publicada em 1947). Logo nas primeiras páginas do capítulo que abre o livro, lemos que o fio condutor da crítica lukácsiana ao irracionalismo é “um ponto de vista particular-

mente filosófico” da crise da filosofia burguesa. Em tal época – o imperialismo –, a decadência assume um estágio superior. Isso se dá, na medida que a “filosofia do imperialismo não pode ser compreendida e criticada senão à luz das leis fundamentais da sociedade capitalista, porque é evidente que a influência da estrutura econômica manifesta-se igualmente no domínio da filosofia” (LUKÁCS, 1979, p. 26).

Esse “debate acerca da filosofia burguesa”, decorrente em uma época de ampla decadência ideológica, como se pode perceber as motivações, tem claras ressonâncias nas discussões posteriores, seja na filosofia, seja na economia ou seja na filosofia política. Para um exemplo notável, o surgimento e desenvolvimento intelectual da “Escola Austríaca de Economia”, está estritamente vinculado ao período do auge da “decadência”: quando a economia política vira apenas uma reprodução irracionalista do mundo capitalista no auge imperialista. Sua apologia é simples apelo vazio à propriedade privada, ainda que tenham de reconhecer sua existência, assim como a existência da luta de classes. É o que demonstra de modo visível Carl Menger – um dos pioneiros da teoria da utilidade marginal:

Com isso surge a necessidade de uma previdência - que a sociedade assegure proteção legal aos indivíduos que conseguiram apossar-se legitimamente da referida parcela de bens, contra os ataques dos demais indivíduos. Chegamos assim à origem econômica de nossa ordem jurídica atual: a proteção à propriedade, que constitui o fundamento da propriedade (MENGER, 1983, p. 271).

Com isso, podemos assegurar que, seguindo as indicações críticas de Lukács, “a sociologia como ciência própria, vem do desejo dos ideólogos burgueses de conhecer a legalidade e a história do desenvolvimento social *separadas da economia*” (LUKÁCS, 2016, p. 113 – itálicos do autor).

Note-se, pois, que o exemplo que trouxemos do ideólogo da burguesia Carl Menger, serve para ilustrar os jazigos da decadência. Lukács não trata especificamente dele na sua obra, mas aqui

serve para expor a amplitude crítica que Lukács fornece. Mostramos que a teoria apologética tem pressuposto a consciência burguesa, considerando a propriedade capitalista como conquistada de forma “legítima” por meio do trabalho, à diferença da propriedade feudal, quando em verdade, é fruto da expropriação violenta e pilhagem, como mostrou Marx n’*O Capital*.

Também serve, desse modo, para revelar essa parcialização científica, tipicamente decadente no termo da ideologia, de uma burguesia que nega seu universalismo, outrora heroico, em prol desse antagonismo aberto entre classes sociais fundamentais: burguesia e proletariado. É essa ideologia que se reproduz, não curiosamente, com muita facilidade nos círculos liberais de discussões. Assim, o niilismo, o pessimismo, etc. são eixos filosóficos, no sentido sintomático da moderna filosofia, impregnadas à resignação e a abdicar dos compromissos reais, assumindo posturas “vazias e irrefletidas” da vida social:

Os ideólogos de hoje adornam esse irracionalismo com as cores sedutoras de uma “profundidade primordial”. [...] O racionalismo é uma capitulação direta, passiva e ignominiosa diante das necessidades da sociedade capitalista. O irracionalismo é um ato de protesto contra elas, mas igualmente impotente, igualmente ignominioso, igualmente vazio e irrefletido (LUKÁCS, 2016, p. 117).

Todavia, após o aparecimento da crítica marxiana da economia política, tem-se um contexto que “teria sido impossível ignorar a luta de classes como fato fundante do desenvolvimento social”. Mas, por outro lado, pode-se ver que tanto a economia enquanto ciência parcelar quanto a “sociologia surgiu como ciência autônoma, e quanto mais ela elaborou seu método específico, tanto mais formalista se tornou”, assim como a teoria marginalista “é o ponto culminante desse esvaziamento da economia na abstração e no formalismo” (LUKÁCS, 2016, *idem*).

Dessa maneira, conforme explicitado, a crítica de Lukács abre espaço para uma análise ampla, que constitui um eixo filosófico de bastante

fecundidade e várias possibilidades de abordagem. O que se pode observar de imediato é que toda essa mistificação da filosofia burguesa não é casual: ela tem um posicionamento bem aberto contra quaisquer alternativas que coloquem em xeque a ordem capitalista por completo. Para que fique claro: uma conclusão teórica que viceje a própria supressão do capitalismo como sistema econômico manipulador e exploratório.

No entanto, alguns pontos mais gerais que tentamos trazer, mostram também que “a sociedade capitalista mascara essas relações humanas e as torna indecifráveis: dissimula cada vez mais o fato de que o caráter de mercadoria do produto do trabalho humano é apenas a expressão de certas relações entre os homens” (LUKÁCS, 1979, p. 28). Todo esse complexo ideológico da filosofia burguesa decadente, se vincula, no final das contas, que o “comprometimento social da filosofia reacionária vai agora mais além, pois agora lhe encomenda a missão de mobilizar os espíritos no apoio ao imperialismo” (LUKÁCS, 1959, p. 168 – tradução nossa).

Na seção do capítulo sobre a “fundamentação do irracionalismo”, em que discute sobre Schopenhauer, por exemplo, há indicações críticas que são estendidas para outros autores, tais como Friedrich Nietzsche e Sören Kierkegaard – e, diga-se, duramente criticados pelo autor em questão na *Destruição da razão*:

Portanto, pessimismo quer dizer, antes de tudo: justificação filosófica da carência de sentido de toda atuação política. Tal é, com efeito, a função social desta fase de apologia indireta. Para chegar a esta conclusão, o primeiro é desvalorizar filosoficamente a sociedade e a história (LUKÁCS, 1959, p. 168 – tradução nossa).

No entender de Lukács, o irracionalismo seria uma simples forma de reação ao desenvolvimento dialético do pensamento humano, bem como ancorada na luta de classes que está intimamente ligada ao estágio imperialista do capitalismo. Não à toa, nos autores analisados por Lukács, vê-se que o plano de fundo é exatamente a fuga para

o “interior” do sujeito, num processo de “fuga” e descompromisso da realidade. A decadência ideológica reside, então, não em um simples apelo moral ou ético de modo imediato, como dissemos, mas em motivações e nexos que o irracionalismo teria em consonância ao desenvolvimento da fase da sociedade burguesa decadente, cuja às novas colocações teóricas reagem de forma conservadora, chegando a tal conclusão.

Fazer esse percurso intelectual por dentro da obra de Lukács, ainda que seja densa e espinhosa, torna-se necessário para corroborar nossa posição argumentativa. É notável e plausível que, portanto, nas linhas desenvolvidas pelo autor na *Destruição da razão*, há conversão do “próprio problema em solução”, e proclamando, com isso, a suposta impossibilidade de princípio, em resolver o problema, como uma forma superior de compreender o mundo (LUKÁCS, 1959).

Outro ponto que merece reativar a atenção aqui é a constatação histórica que a “decadência burguesa” após 1848 conforma “estágios”, cada qual se mostra a “responder” os momentos históricos presentes da crise capitalista. Não se trata somente de um tom depreciativo gratuito por parte de Lukács. Para ele, está entendido que a mistificação e toda resposta calcada na imediaticidade, torna-se realmente conservadora. No final das contas, foi Marx, segundo Lukács, quem “identificou e criticou o deslocamento o conhecimento dessas conexões reais para o plano subjetivo em relação à Revolução de 1848 como um sintoma da capitulação objetiva frente forças reacionárias da história” (LUKÁCS, 2016, p. 145). Justamente por isso, de modo conclusivo, que toda crise é, afinal, uma crise sistêmica e endógena, isto é, uma crise que perpassa pela própria crise da filosofia burguesa: a “decadência ideológica concentrou-se em evidenciar, por trás das fraseologias e da superfície pomposa, o real filistinismo” (LUKÁCS, 2016, p. 143).

Em linhas gerais, a burguesia tenta promover teoricamente uma universalidade social que como classe mesma não consegue. Inclusive, seus interesses, embora aparentemente gerais, estão

vinculados à uma classe particular (ela própria). Por isso mesmo, seus interesses só poderiam ser – e são – privados. O caráter particular destes interesses (como classe) cancela, portanto, toda universalidade que ela advogou, no auge do capitalismo, no seu desenvolvimento anterior, do período “clássico”. Esse cancelamento da proposição de universalismo burguês é dissimulado com “feitos científicos”, ainda que “dominante”, revela, em verdade, de forma ampla o aspecto mais particular possível da classe enquanto classe: demonstra toda forma da propriedade privada, sua reprodução e domínio social – culminante na divisão do trabalho e o assalariamento. Essa decadência ideológica está pautada na filosofia, mas também nesse falso universalismo (expressada pela malha da especialização vicejante da produção científica parcelada); ter-se-ia, no fim e ao cabo, a mais acabada “decadência ideológica”.

Nesse íterim, portanto, há boas razões, conforme explicitado, para o diagnóstico realista desse aprofundamento da forma capitalismo enquanto tal: ele como forma de produção material e reprodução espiritual, degrada a “alma” de seus sujeitos; na especialização científica, fragmentada, seja, também, no trabalho manual cindido do intelectual (LUKÁCS, 2016). Revela-se, decisivamente, a vileza das potências humanas estranhadas; no aspecto científico, sua resolução de conflitos existentes na totalidade da divisão social do trabalho no capitalismo.

Enfim, para que retomemos Mészáros, o filósofo escreve que é na ideologia (o discurso ideológico) que a burguesia e seus epígonos intelectuais passam a naturalizar todos os conflitos sociais, políticos e econômicos, bem como e sobretudo as narrativas filosóficas em nosso tempo (MÉSZÁROS, 2008). Dessa forma, essa postura filisteia, por assim dizer, não é, de modo algum, apenas uma postura “subjetiva” dos sujeitos, mas se conforma como algo objetivo na realidade material, pois, efetivamente congruente para a manutenção do *status quo* vigente. Isso quer dizer: há um certo “fatalismo histórico” propagandeado, bem como essas limitações

científicas não detectam uma solução que passe pela crítica do modo de produção capitalista, pela divisão social do trabalho, o fetichismo da mercadoria, o Direito, o Estado, etc.

Portanto, o que foi sustentado aqui, ainda que seja “polêmico” o livro *A Destruição da razão*, ele merece ser lido e estudado nos próprios termos de Lukács, evidenciando que muito mais que, um “embate filosófico”, é também um contraponto fundamental às reverberações das concepções dominantes na filosofia contemporânea. O artigo em tela busca dar essa contribuição com algum relevo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REVERBERAÇÕES NA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

Nesse breve artigo, dentro de nosso limite e esforço, procurou-se o percurso intelectual de Lukács, a partir do substrato teórico de Marx e Engels, revelando que a filosofia também é palco aberto da luta de classes. A filosofia burguesa representa, no final das contas e em esfera específica – na filosofia –, a própria decadência que o mundo capitalista entificou no seu estágio imperialista. As forças ideológicas moventes que outrora haviam almejado o progresso, a crença na ciência para compreender a realidade social existente, hoje não existem mais. Todavia, nesse artigo, para um debate acerca da filosofia burguesa, partindo dos escritos lukácsianos, em especial, o livro *A Destruição da razão* e o ensaio *Marx e o problema da decadência ideológica*. Assim, valendo-se dos comentários de Nicolas Tertulian:

O livro [*A destruição da razão*] tem, contudo, um aspecto mais estritamente filosófico, o qual decorre de sua vontade de exercer de uma crítica *imane*nte do pensamento que ele chama irracionalista, revelando suas fraquezas internas e a derrapagem que ele representa com relação às exigências de rigor e de objetividade. A demonstração de Lukács é sustentada evidentemente por sua tese fundamental de que o pensamento dialético (aquele de Hegel e de Marx) representa o ponto o mais avançado da reflexão filosófica (a razão, para ele, é sinônima

de pensamento dialético): o irracionalismo é definido como uma resposta desviante trazida aos problemas levantados pela complexidade do real, um tipo de contrassolução destinada a se esquivar da verdadeira abordagem dialética (TERTULIAN, 2011, p. 16).

Nesse diapasão, mesmo dentro da filosofia, tem-se o tangenciar da luta de classes, do proletariado como motor da revolução social; assim, mobiliza-se a descrença no poder de transformações pela classe ascendente a partir de 1848 (o proletariado), cenário que joga a burguesia para um campo ideológico, político e econômico, que anteriormente ela mesma lutou contra (a reação feudal). A filosofia do imperialismo, como bem sintetiza Lukács, “não coloca mais os grandes problemas universais da burguesia na sua fase ascendente, mas limitam sua reflexão aos interesses defensivos da burguesia” (LUKÁCS, 1979, p. 37).

Diante desse quadro regressivo, perceptível que os debates atuais sobre essas questões muitas vezes são fragmentados e por vezes deslocados à vestimenta do véu da “neutralidade”, por exemplo. Vale lembrar, com relação a Weber, seu caráter “honesto”, porém contraditório, da intelectualidade deste: versado em várias áreas dos saberes, mas “apesar disso, não havia nele nenhuma sombra de um universalismo real” (LUKÁCS, 2016, p. 113). Em outras palavras, relacionado ao modo da padronização científica, parcelar, dominante às áreas do saber humano tornou-se comum uma apologia às teses weberianas em oposição às teses marxistas, pois, como “necessário social”, a burguesia tem de forjar concepções de mundo que contrapõem a alternativa socialista de mundo. Dessa maneira, um “terceiro caminho”, embora falso, “está investido da missão social que consiste em impedir que a *intelligentzia* retire da crise a conclusão socialista (NETTO, 1978, p. 19).

Durante o artigo, foi possível visualizar, como entendemos, uma atualidade efetiva e inegável na crítica de Lukács. No entanto, o geral delineamento nos fornece, no âmbito filosófico, um conteúdo que pode – e deve – ser analisado dentre aqueles interessados numa crítica efetivamente sólida de

nossa sociedade. Em outras palavras, a “crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica *da política*” (MARX, 2013, p. 151 – itálicos do autor).

Notamos também, em especial aqui no Brasil, parece estar-se aquém desse resgate teórico-crítico; quando, no máximo, usa-se de fraseologias que reforçam cada vez mais a crise ideológica burguesa. Se a Europa passou pelo Iluminismo nos fins do séc. VXIII, atualmente, o que se passa aqui são os conteúdos irracionistas condizentes com a nossa ideologia burguesa imperialista e reacionária (LUKÁCS, 1959; NETTO, 1978). Dessa forma, *A Destruição da razão*, embora tenha um foco e um sentido específico, pensamos que, nos dias de hoje, sua atualidade está ainda evidente,

mesmo com limites e impasses que ela possa ter (o que, para um marxista sério, há de ser reconhecida).

Portanto, enquanto tivermos na materialidade da vida social a divisão social do trabalho, exploração de classe, destruição planetária (natureza) e aviltamento das faculdades humanas pela divisão social do trabalho (em virtude da pobreza material e espiritual), tudo isso sob a vestimenta da “cientificidade” e “neutralidade”, a crítica marxista da nossa sociedade capitalista continua tão atual quanto de outrora. Agora, não apenas uma opção intelectual, como postura de “visão de mundo”, uma resignação ou “fatalismo”, mas uma necessidade humanitária peremptória de ação para nosso próprio futuro.

■ ConTextura

NOTAS

1. Autor do texto: Wesley Sousa. Graduando de Licenciatura em Filosofia pela UFSJ. Ex-bolsista PIBID pela CAPES. E-mail: wesleysousa666@outlook.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3491578861171546>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7638-5275>
2. Coautor do texto: Henrique Leão Coelho. Graduado em Bacharelado em Sociologia pela FAFICH/UFMG. Mestre e Doutorando em Administração pela FACE/UFMG. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8298457568396721>. Bolsista de doutoramento pela CAPES.
3. Advertimos que o sentido aqui de “ideologia” de Lukács não é aquele discutido nos termos da Ontologia e nos Prolegômenos (escrito aos fins da década de 60): “é antes de tudo uma forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social dos homens consciente e operativa. [...] Somente depois de se tornar veículo teórico ou prático para combater conflitos sociais, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, episódicos ou decisivos para o destino da sociedade, eles são ideologia” (LUKÁCS, 2010, p. 38). Conforme Lukács em sua Ontologia explica: “A conexão de sua veracidade ou falsidade com essa função como ideologia desempenha, naturalmente, na análise concreta da respectiva situação concreta, um papel importante, nada altera, todavia, enquanto apenas é falado de controvérsias sociais, que elas são consideradas como ideologias” (LUKÁCS, 2018, p. 401). Mas entendido aqui no sentido do “falso socialmente necessário” ou, ainda, “falsa consciência”.
4. O ensaio citado de Lukács foi escrito originalmente em 1938; já o livro *Destruição da razão*, publicado em 1953. Usamos aqui a edição nova em português de 2016 do ensaio e, no livro, a edição espanhola de 1959.
5. Por “crítica ontológica” entende-se aqui, a partir da década de 30, pela qual Lukács tem sua “virada ontológica” (Cf. TERTULIAN, 2009). Assumimos, na esteira de Lukács, ao citarmos Sartori (2019): “A ontologia lukácsiana busca expressar o movimento e o processo presente no real por meio das categorias, elas mesmas, formas ser. O ser é um processo histórico e, desse modo, objetivo. Deve ser apreendido como tal [...]” (p. 77).

6. No livro, fruto de entrevista, intitulado *Conversando com Lukács* (2014), o autor que já estava trabalhando na sua *Ontologia*, escreve que ele mesmo, que até pouco tempo atrás tinha um pé atrás com o termo, se colocar então no terreno dos problemas ontológicos, ou seja, “abordagem ontológica” segundo entendemos aqui: “[...] devemos tentar pesquisar as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e ver em que condições estas formas fenomênicas podem tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas” (LUKÁCS, 2014, p. 25).
7. Ressaltamos que até os anos 1960, Lukács nunca havia se referido à sua concepção acerca do pensamento de Marx como “ontologia”. Por isso, tanto o ensaio sobre a decadência ideológica quanto a *Destruição da razão*, anteriores ao trabalho de *Para uma ontologia do ser social*, seria um anacronismo sustentar essa tese. Quem demonstra isso é Tertulian em dois artigos (2009, 2011) pelos quais citamos pontualmente no decorrer do artigo em tela.
8. Segundo Tertulian (2011), “A leitura de *A destruição da razão* pode ser feita em vários níveis. Pode-se destacar primeiramente o aspecto estritamente ideológico do livro: estabelecendo um tipo de demonologia da consciência filosófica alemã, Lukács tentou mostrar como, a partir de Schelling, através de Schopenhauer e Nietzsche, até Heidegger, Spengler e Ernst Junger, o pensamento alemão teria sofrido um processo de irracionalização crescentemente aguda e furiosa, do qual a expressão [échéance] necessária foi o triunfo da demagogia nacional-socialista” (p. 16).

REFERÊNCIAS

- LUKÁCS, György. “El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler”. Traducción de Wenceslao Roces. México-Bueno Aires: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. “Conversando com Lukács: entrevista a Leo Kofler, Wolfgang Abendroth e Hans Heinz Holz”. Tradução Giseh Vianna. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- _____. “Existencialismo ou Marxismo?”. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. Marx e o problema da decadência ideológica. In: “Marx e Engels como historiadores da literatura”. Tradução e notas Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. “Prolegômenos para uma ontologia do ser social”. Tradução Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. “Para uma ontologia do ser social II”. Tradução Sérgio Lessa. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.
- MARX, Karl. Introdução. In: “Crítica da filosofia do Direito de Hegel”. 3ª edição. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. “Miséria da Filosofia”. Tradução José Paulo Netto: São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “A Ideologia Alemã”. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Calvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MENGER, Carl. “Princípios de economia política”. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MÉSZÁROS, István. “Filosofia, ideologia e ciência social”. Tradução Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2008.
- NETTO, José Paulo. “Lukács e a crítica da filosofia burguesa”. Lisboa: Nova Seara, 1978.

SARTORI, Vitor. “Ontologia nos extremos”: o embate Heidegger e Lukács, uma introdução. Apresentação Ester Vaisman. São Paulo: Intermeios, 2019.

SPENGLER, Oswald. “A decadência do ocidente”. Tradução Herbert Caro. 2º edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TERTULIAN, Nicolas. A Destruição da Razão: 30 anos depois. “Verinotio”. Belo Horizonte, n. 13, ano 8, abr. 2011, p. 15-25.

_____. Sobre o método ontológico-genético em Filosofia. “Perspectiva”, Florianópolis, v. 27, n. 2, jul/dez, p. 375-408, 2009.